

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANADIA

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR 2023 e 2024
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR ULISSES BOTELHO

Anadia- AL

2023

MARIA DIJANIRA TIGRE DA SILVA

PLANO DE GESTÃO 2023 e 2024

ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR ULISSES BOTELHO

Plano de gestão escolar apresentado a banca avaliadora, SEMED, comunidade escolar e Local, como requisito para admissão ao cargo de diretora escolar da Escola Municipal Doutor Ulises Botelho, no período de 2023 a 2024.

Anadia- AL

2023

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	05
2 HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR	07
3 OBJETIVO.....	08
3.1 OBJETIVO GERAL.....	08
3.2 OBJETIVO ESPECÍFICO	08
4 JUSTIFICATIVA	09
5 PROPOSTAS DAS METAS E AÇÕES.....	10
5.1 DIMENSÃO DA GESTÃO PEDAGÓGICA.....	10
5.2 DIMENSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	13
5.3 DIMENSÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	14
5.4 DIMENSÃO DA GESTÃO FINANCEIRA	14
6 QUADRO DE METAS E AÇÕES.....	15
6.1 PLANILHA DE METAS E AÇÕES DA DIMENSÃO PEDAGÓGICA.....	15
6.2 PLANILHA DE METAS E AÇÕES DA DIMENSÃO DEMOCRÁTICA.....	18
6.3 PLANILHA DE METAS E AÇÕES DA DIMENSÃO ADMINISTRATIVA.....	19
6.4 PLANILHA DE METAS E AÇÕES DA DIMENSÃO FINANCEIRA	20
7 AVALIAÇÃO DO PLANO	21
8 REFERÊNCIAS	24

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

DADOS DA ESCOLA

NOME DA ESCOLA: ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR ULISSES BOTELHO

Município: Anadia

Endereço: Avenida Valdemar de Oliveira, S/N

BAIRRO: Chã da Mangabeira CEP: 57660-000

CNPJ:01.976.312/0001-06 E-mail: drulissesbotelho@outlook.com

ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Educação Infantil

Ensino Fundamental Anos iniciais

Educação de Jovens e Adultos- EJA

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

NOME COMPLETO: Maria Dijanira Tigre da Silva

FORMAÇÃO ACADÊMICA: Pedagogia e Pós-Graduada em psicopedagogia.

FUNÇÃO ATUAL: DIRETOR

1. INTRODUÇÃO

A experiência no dia a dia de uma instituição de ensino mostra como é importante todos os segmentos da comunidade escolar estarem engajados em um propósito comum. É pela ação coletiva que a unidade escolar se fortalece, revela sua capacidade de se organizar e desenvolver uma educação de qualidade embasada em um currículo que norteie as vivências e experiências educacionais de acordo com as especificidades da unidade escolar, organizando os espaços de aprendizagem, os conhecimentos e as habilidades necessárias para o desenvolvimento integral da criança.

A Escola Municipal Doutor Ulisses Botelho tem como função principal respeitar e valorizar as experiências de vida dos educandos e de suas famílias. Temos como propósito fortalecermos nós mesmos a construção: da criticidade, da análise social e da criatividade diante das situações difíceis, deste modo, formaremos seres humanos com dignidade, identidade e projeto de futuro.

O ponto de partida para implementação do Plano de Gestão Escolar deve perpassar pelo diagnóstico, que busca o alinhamento estratégico e organização dos recursos existentes, refletindo sobre os pontos fortes e vulneráveis da instituição. Esta prática é, portanto, uma radiografia da situação atual da escola e de seu sistema de gestão, sendo uma das etapas mais importantes de todo o processo de planejamento educacional, pois com base nos dados levantados que será possível compreender a realidade da Unidade escolar para posterior tomada de decisões (LIMA, 2010).

Diante desse desafio que a escola enfrenta diariamente, afirma Luck (p.15), cabe ao diretor:

“Garantir o funcionamento pleno da escola como organização social, com o foco na formação de alunos e promoção de sua aprendizagem, mediante o respeito e aplicação das determinações legais nacionais, estaduais e locais, em todas as suas ações e práticas educacionais.”

Na construção do Plano de Gestão não se deve cumprir apenas uma obrigação legal atendida pela direção da escola e sim uma conquista que revela o seu poder de organização, procurando cada vez mais autonomia e assertividade em suas decisões. Por meio dele pode-se oportunizar a promoção de um espaço educativo acolhedor e rico em experiências, permeado por ações focadas na formação humana integral, em seus aspectos motor, psicológico, afetivo e cognitivo, ou seja, não se trata de um projeto isolado, mas de uma construção coletiva, que envolve toda comunidade na busca de objetivos comuns. Nele, se estabelece o interesse de cada segmento a despeito do que se pretende construir e realizar. É um compromisso de todos, em que cada parte deve assumir, buscando os meios e os fins necessários para concretizar e tornar real os desejos e os objetivos estabelecidos que visem o bem da coletividade.

Deparamo-nos na sociedade brasileira com uma realidade complexa e contraditória, ao mesmo tempo muitos encontram-se em plena era dos avanços tecnológicos e científicos, convivemos com os graves problemas sociais acumulados ao longo do tempo por uma sociedade marcada por relações de poder e privilégios altamente excludentes que reproduziram um alto nível de desigualdades e injustiças, deixando a margem do desenvolvimento econômico e social grande parte de seu povo. É nesse contexto, que a Escola Municipal Doutor Ulisses Botelho pretende elaborar o seu Projeto Político Pedagógico, ciente da corresponsabilidade no que se refere a transformação da realidade social e cultural onde a escola está inserida.

A educação é prioridade de todo ser humano, por isso, precisamos estabelecer metas a serem cumpridas a um espaço de curto, médio e longo prazo, onde a escola acompanhe de forma gradativa as verdadeiras necessidades da comunidade escolar.

Libânio defende uma escola que com seus métodos alcance as classes menos favorecidas, que prepare o aluno para o mundo. Uma escola acessível a todos e que garanta um bom ensino. Que leve em conta as transformações do mundo contemporâneo. Um ensino adequado a realidade do aluno da classe popular.

Segundo Libâneo:

” Democratizar o ensino é ajudar os alunos a se expressarem bem, a se comunicarem de diversas formas, a desenvolverem o gosto pelo estudo, a dominarem o saber escolar; é ajudá-los na

formação de sua personalidade social, na sua organização enquanto coletividade.” (2006, p.12)

Nesse contexto a interação do professor e da participação ativa do aluno a escola deve possibilitar a aquisição de conteúdos – trabalhar a realidade do aluno em sala de aula, para que ele tenha discernimento e poder de analisar sua realidade de uma maneira crítica -, e a socialização do educando para que tenha uma participação organizada na democratização da sociedade, mas Saviani alerta para a responsabilidade do poder público, representante da política na localidade, que é a responsável pela criação e avaliação de projetos no âmbito das escolas do estado e município, uma vez que este é o responsável pelas políticas públicas para melhoria do ensino, visando a integração entre o aluno e a escola.

Por meio disso, o Plano de Gestão Escolar para a Escola Municipal Doutor Ulisses Botelho propõe-se a promover a mediação com a comunidade escolar, contribuindo para o desenvolvimento saudável das crianças, propiciando-lhes oportunidades de ampliarem seus conhecimentos através de experiências significativas e prazerosas, que oportunizem o desenvolvimento de cidadãos com pensamento crítico e participativo, visando uma educação humanizada e de qualidade, abrangendo valores, tais como: Respeito, Cooperação, Cidadania, Solidariedade, valorização humana, amor, Sabedoria, Ética, Transparência, Conhecimento, Comprometimento e Sustentabilidade, inspirando o espírito descobridor, a valorização da criatividade e livre expressão, tornando-se referência na Educação da rede pública do município de Anadia.

2. HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

A escola recebeu esse nome em homenagem ao Prefeito e Médico da cidade Ulisses Vitorino Botelho.

A mesma foi construída entre 1960 a 1962, na gestão do prefeito João Palmeira Filho, ele homenageou o ex-prefeito da cidade Doutor Ulisses Vitorino Botelho por ser seu amigo e ter feito uma boa gestão com várias obras construídas na cidade. Ele governou o Município de Anadia entre 1947 a 1951, sendo natural de São Miguel dos Campos, estado de Alagoas. Veio morar em Anadia, formado em

medicina, onde exerceu sua profissão. Não se tem data de nascimento e morte do mesmo.

Hoje a escola funciona das 07h às 11h20 e das 13h às 17h, com turmas de Anos iniciais e turmas para EJA das 19h às 21h30, a escola conta com 135 alunos no turno matutino, 158 no turno vespertino e 74 alunos no turno noturno.

3. OBJETIVO

3.1 GERAL

- Promover a formação de um sujeito autônomo, criativo, ético e comprometido com a sociedade em permanente transformação. Tendo ainda como objetivo, proporcionar aos educandos a vivência das propostas pedagógica diariamente, retratando assim a função cultural e sociopolítico.

3.2 ESPECÍFICOS:

- Buscar melhoria no processo de ensino aprendizagem, através de treinamento, orientação, acompanhamento e avaliação do educando;
- Estimular a interação escola/família/comunidade e o uso dos recursos tecnológicos disponíveis na escola;
- Refletir a prática pedagógica como um fator condicionante da evasão ou da permanência do aluno na escola;
- Analisar e refletir sobre o sistema de avaliação promovendo ações de melhoria no processo ensino-aprendizagem;
- Desenvolver ações responsáveis e conscientes quanto a proteção e restituição do meio ambiente;
- Incentivar a participação de professores e alunos nos projetos educacionais desenvolvidos pela escola;
- Encorajar a participação dos professores nos grupos de estudos e cursos de capacitação, visando seu aperfeiçoamento para a melhoria de sua prática pedagógica;

- Tornar o educando consciente, participativo e condutor de ideias capazes de surtir um efeito prático diante do desenvolvimento sustentável;
- Elaborar um conselho de classe que forneça dados e informações relevantes no processo de ensino e aprendizagem, bem como colher dados e informações significativas que subsidiem o trabalho com o educando;
- Desenvolver um trabalho de sensibilização e envolvimento da comunidade escolar e da sociedade em geral nos trabalhos desenvolvidos pela escola;
- Promover atividades relacionadas aos assuntos que valorizam a vivência de cada um, proporcionando atitudes de autoconfiança e autocrítica nas tomadas de decisões;
- Levar em conta o seu processo de socialização, considerando nas situações de ensino e de aprendizagem suas dúvidas, inquietações, condições socioculturais, jornada de trabalho, condições emocionais, motivações, responsabilidade e compromisso;
- Proporcionar um ambiente favorável para o desenvolvimento do ensino de jovens e adultos se adequando as perspectivas preestabelecidas; facilitar o desenvolvimento dos conteúdos numa perspectiva de interdisciplinaridade e contextualizada;
- Acompanhar a frequência escolar, de forma a assegurar a permanência dos estudantes e diminuir a evasão escolar.

4. JUSTIFICATIVA

Em nosso dia-dia, sempre estamos enfrentando situações que necessitam de planejamento, mas nem sempre, as nossas atividades diárias são delineadas em etapas concretas da ação, uma vez que já pertencem ao contexto de nossa rotina. Entretanto, para a realização de atividades que não estão inseridas em nosso cotidiano, usamos os processos racionais para alcançar o que desejamos. Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando o melhor funcionamento das atividades humanas. O ato de planejar

é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis visando à concretização de objetivos em prazos determinado e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações" (PADILHA. 2001 p.30).

Entendemos que planejar em sentido amplo é um processo que "visa dar respostas a um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para sua superação, de modo a atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro", mas considerando as condições do presente, as experiências do passado, os aspectos contextuais e os pressupostos filosóficos, culturais, econômicos e político de quem planeja e com quem se planeja. Planejar é uma atividade que está dentro da educação, visto que esta tem como características básicas: evitar a improvisação, prever o futuro, estabelecer caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa, prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação. "Planejar e avaliar andam de mãos dadas" (LIBÂNEO, 1992, p.221). A partir dessas questões o entendimento do conceito de participação, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto, deve ser o eixo norteador das ações propostas.

5. PROPOSTA DE METAS E AÇÕES

5.1 DIMENSÃO DA GESTÃO PEDAGÓGICA

Ao longo dos anos, as formas de levar um ensino-aprendizagem de qualidade foram sendo aprimoradas e atualizadas. Atualmente busca-se o desenvolvimento de uma concepção de ensino onde educador e educandos sejam sujeitos do seu processo de desenvolvimento, pois necessitam da mediação das experiências e saberes de ambos, para que se concretize a aprendizagem.

A Educação está alicerçada por uma concepção de homem e de sociedade que carrega em si uma dimensão histórica em tempo e espaço, determinados pela dinamicidade da relação dos homens com o meio natural e social. Portanto, compete aos educadores contribuir para que as crianças apreendam os conteúdos da realidade na qual interagem, bem como as experiências de gerações anteriores que são referências para as futuras aprendizagens.

A concepção da educação está atrelada a compreensão da natureza humana, Vitor Paro define a educação como:

“Entendida a educação como apropriação da cultura humana produzida historicamente e a escola como instituição que provê a educação sistematizada, sobressai a importância das medidas visando à realização eficiente dos objetivos da instituição escolar, em especial da escola pública básica, voltada ao atendimento das camadas trabalhadoras... é pela educação que o ser humano atualiza-se enquanto sujeito histórico, em termos do saber produzido pelo homem em sua progressiva diferenciação do restante da natureza” (Paro, 2003, p. 7).

Segundo a Constituição Federal a educação é um direito de todos e dever do Estado, diante disso o poder público é investido de autoridade para impô-la como obrigatória a todos e garantir sua gratuidade.

A concepção de educação de Paulo Freire vê o homem como um ser autônomo, com capacidade de contribuir para a transformação do mundo. Portanto entendemos educação como a prática social responsável pelo processo de humanização. Paulo Freire fala em educação se referindo a profundas mudanças: “Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde” (2000, p.122).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no artigo 22, define: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

A educação deve ser considerada como processo para o desenvolvimento humano integral, cuja finalidade é formar cidadãos capazes de analisar, compreender e intervir na realidade, com uma visão reflexiva, crítica, solidária e participativa.

Na legislação brasileira, a Educação do Campo, compreende todos os ambientes que envolvem a agricultura, a pecuária, as minas, os espaços das florestas,

pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo mais do que um perímetro campesino, é um espaço de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2001). Mais do que atender à legislação, esta ação pública de educação busca compreender o campo para além da ideia de um perímetro não urbano, reestruturando uma política de transformação cultural e social.

Um importante marco para a legitimação e efetivação da Educação do Campo foi a Resolução CNE/CEB no 14 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, que institui a Educação do Campo como modalidade específica de ensino, assim informa:

Art. 27. A cada etapa da Educação Básica pode corresponder uma ou mais das modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação a Distância.

Educação Básica do Campo

Art. 35. Na modalidade de Educação Básica do Campo, a educação para a população rural está prevista com adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região, definindo-se orientações para três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica: I conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural;

organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

-Adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Art. 36. A identidade da escola do campo é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com propostas pedagógicas que contemplam sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Parágrafo único. Formas de organização e metodologias pertinentes à realidade do campo devem ter acolhidas, como a pedagogia da terra, pela qual se busca um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, para assegurar a preservação da vida das futuras gerações, e a pedagogia da alternância, na qual o estudante participa, concomitante e alternadamente, de dois ambientes/situações de

aprendizagem: o escolar e o laboral, supondo parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e pela formação do estudante .

Contudo, firma-se definitivamente na educação brasileira como modalidade de ensino, a qual propõe pensar às necessidades dos sujeitos, respeitando sua cultura, história e saberes, bem como a construção de uma base na realidade local, permitindo aos indivíduos a continuidade e permanência no campo com dignidade e qualidade de vida.

5.2 DIMENSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Em uma escola pública, a gestão é compreendida como um processo democrático e a democracia é um princípio, visto que a escola é financiada pela comunidade e deve suprir as necessidades dessa mesma comunidade, sendo também uma metodologia, uma dinâmica democratizante, posto que é uma ação educacional, pois conforma práxis coletivas na educação como fenômeno com intencionalidade política. Mesmo que tais ideais não se manifestem na realidade escolar, os conceitos coadunam com a realidade, sendo a magnitude democrática muito útil para estudar o tema. Em suma, a Gestão Democrática seria um tipo ideal, o qual é entendido por Weber (2016) como um referencial para entender a realidade empírica. A elaboração de conceitos acerca da Gestão Democrática é tema tratado por vários e renomados autores, como Licínio Lima (2013), que considera a democratização da Gestão Escolar sob um prisma conceitual, focada em intervenções referenciadas pela democracia, executadas pelos agentes escolares, embasadas em contextos institucionais, interferindo na elaboração de tais estruturas e processos democráticos no sistema escolar. Para o autor, a Gestão Democrática é política, articulada às ações democráticas. Além disso, não seriam somente ações democráticas ou dinâmicas participativas em processos decisórios, mas, sobretudo, de ações de educação política, consoante sejam ações que criam possibilidades mais democráticas na prática escolar e em suas relações de poder. Ferreira (2000) destaca que a Gestão Escolar Democrática seria um valor mundial, apesar de nem sempre ser incorporado à práxis social global e educacional. Não há dúvidas sobre sua relevância como elemento da participação comunitária e de formação cidadã. É de crucial importância na construção de uma sociedade com mais justiça e igualdade, sendo

uma fonte de humanização. Cabe destacar que a igualdade de oportunidades ainda é um princípio liberal que não se efetivou completamente. Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), as noções de organização e gestão configuram-se em distintas categorias, de acordo com a ideia de formação dos estudantes. Neste sentido, existe a concepção técnico-científica e a socio-crítica. Bordignon e Gracindo (2001) entendem que uma Gestão Democrática ampara o paradigma de uma aceção dialética da realidade, sob a ótica de uma interrelação subjetiva entre sujeito e conhecimento, entendendo o indivíduo como ser histórico que se submete à realidade, podendo intervir nela.

5.3 DIMENSÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Escola Municipal Doutor Ulisses Botelho atualmente possui o corpo de direção formado por: 01 coordenadora (sendo efetiva), 02 administrativos (sendo 02 contratados), na cozinha, 03 merendeiras (03 contratadas), na manutenção, são 07 auxiliares de serviços gerais (sendo 03 efetivos e 04 contratados), 23 professores (sendo 10 efetivos e 13 contratados), 03 cuidadores (sendo contratadas) 01 auxiliar de sala (sendo contratada).

Para a organização e bom funcionamento desta unidade escolar, faz-se necessário o respeito a uma rotina de funcionamento, que está organizada da seguinte forma: 07h às 10h, 03 aulas; o intervalo, 10h às 10h10, 10h10 às 11h20 mais 02 aulas, no matutino. No vespertino, inicia-se às 13h, 02 aulas e das 15h às 15h10 o intervalo, e das 15h10 às 17h10, 02 aulas.

A escola tem como proposta filosófica formação integral do educando, visando a sua inclusão na sociedade como sujeitos e agentes transformadores, fundamentados nos princípios básicos para o exercício pleno da cidadania.

No processo de gestão democrática, é importante que todos os segmentos da Unidade escolar, trabalhem em harmonia e juntos oportunizem vivências significativas aos alunos, proporcionando uma educação de qualidade.

5.4 DIMENSÃO DA GESTÃO FINANCEIRA

Com o empenho do governo Federal e uma boa administração por parte da Gestão Municipal, da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e da equipe administrativa da Escola Municipal Doutor Ulisses Botelho, a instituição de Ensino tem como Entidade Mantenedora a Prefeitura Municipal de Anadia, e recebe o dinheiro direto na escola (PDDE) é um Programa do Governo Federal, sendo formado pela Associação de Pais e Mestres (APM) e tem como objetivo melhorar a infraestrutura, como: pequenos reparos, pintura, material didático e material de limpeza. A verba destinada ao PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), através de um conselho deliberativo, os investimentos se tornam cada vez mais visíveis na melhoria do desempenho do ensino, uma vez que esses programas têm características de um planejamento estratégico que a escola desenvolve para uma melhoria na qualidade de ensino, elaborado de modo participativo com a comunidade escolar. Os recursos que a escola também recebe provêm do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar). Essa verba é repassada pelo governo federal direto a escola e se destina a compra do custeio que são materiais didáticos e o capital que se refere ao material de uso permanente. O gerenciamento dos recursos é feito pela direção da escola e pelo Conselho Escolar, que realizam ao final de cada compra a prestação de contas deste recurso junto à comunidade escolar. Contamos hoje com uma clientela de 367 alunos, dessa forma os recursos destinados à escola no momento não atendem a todas as formas os recursos destinados à escola no momento não atendem a todas as necessidades.

6. QUADRO DE METAS E AÇÕES

6.1 PLANILHA DE METAS E AÇÕES DA DIMENSÃO DA GESTÃO PEDAGÓGICA

META 1	
Meta	Proporcionar uma Educação de qualidade, assegurando às crianças matriculadas nesta Unidade escolar a oportunidade de vivências e experiências importantes para o desenvolvimento integral das crianças, sem deixar de considerar as especificidades dos alunos.

Ações	<ul style="list-style-type: none"> - Favorecer momentos de formação e discussão com toda a equipe da escola; - Proporcionar um ambiente acolhedor, seguro e acolhedor para os alunos; - Disponibilizar projetos que sigam as orientações da BNCC e demais documentos legais que norteiam o Ensino Fundamental I e EJA. - Propiciar momentos de interação entre a família e os alunos na instituição, elaborando e aplicando o projeto família na escola. - Incentivar a utilização de recursos tecnológicos e materiais interativos para o enriquecimento da proposta pedagógica da escola.
Recurso	Funcionários: corpo docente e equipe escolar.
Monitoramento	Este processo será acompanhado durante toda a execução sendo ele de forma contínua fazendo o registro a partir de fotos e vídeo e divulgar nos meios de comunicação utilizados pela escola regularmente.
Avaliação	Este processo acontecerá de forma anual, seguindo a legislação vigente, e levado em conta os dados de monitoramentos prestados e levando em conta as análises dos feedbacks da comunidade escolar, em conjunto com o conselho escolar.
META 2	
Meta	Formação humanizada através da convivência no ambiente escolar, fazendo deste ambiente um espaço de aprendizado mútuo e um convite ao conhecimento, buscando alternativas para envolver cada vez mais as famílias no processo ensino aprendizagem.
Ações	- Buscar estimular a participação da família em reuniões semestrais para que as famílias tenham conhecimento das principais concepções adotadas pelo corpo institucional. Realizar a divulgação da Proposta Pedagógica e do Regimento escolar. Promover encontros alegres e agradáveis para que a família sinta-se feliz ao participar das atividades. Incentivar a família para que sejam mais presentes na vida escolar dos seus filhos. Convidar toda a comunidade escolar para se fazer presente nos demais eventos tais quais amostra de trabalhos, datas comemorativas e noite de talentos.

Recurso	Recursos humanos, financeiros e materiais
Monitoramento	Este processo será acompanhado durante toda a execução sendo ele de forma contínua, e posteriormente prestado conta através de um relatório semestral sobre os resultados obtidos nas ações durante todo o processo.
Avaliação	Análise dos feedbacks da comunidade escolar, em conjunto com o conselho escolar.

META 3	
Meta	Valorização dos profissionais desta instituição de ensino, embelezamento e conservação do espaço da escola,
Ações	<ul style="list-style-type: none"> - Promover encontros recreativos e divertidos para unir a equipe; - Valorizar o profissional no dia a dia, buscando ouvir seus anseios, desafios e conquistas; - Apoiar e dar visibilidade a toda equipe; - Estabelecer uma relação de confiança com a equipe.
Recurso	Recursos humanos, financeiros e materiais.
Monitoramento	Relatório das visitas e do planejamento da professora
Avaliação	Análise global dos relatórios, em conjunto com o conselho escolar

META 4	
Meta	Implementação das diretrizes pedagógicas para Educação Infantil e Ensino Fundamental I; Orientação e priorização da inclusão das crianças em todas as experiências.
Ações	<p>Incluir todas as crianças nas vivências proporcionadas nesta instituição de ensino;</p> <p>Incluir a criança com deficiência e possibilitar que ela tenha acesso a estratégias disciplinares que irão ajudar no desenvolvimento de suas competências;</p> <p>Respeitar as crianças e toda equipe escolar nas suas diversidades;</p> <p>Revisar o Projeto Político Pedagógico no início de cada ano letivo;</p> <p>Promover encontros com os docentes para discussão e definições dos projetos para serem desenvolvidos por todas as turmas e acrescentados ao documento.</p>
Recurso	Recursos humanos.

Monitoramento	Relatório anual.
Avaliação	Análise global do relatório apresentado, em conjunto com o conselho escolar.

META 5	
Meta	Analisar as estratégias que podem ser adotadas para o enfrentamento dos problemas de aprendizagem e, conseqüentemente da evasão dos alunos, na EJA.
Ações	<ul style="list-style-type: none"> - Correlacionar as ações da gestão escolar dos procedimentos metodológicos pelos docentes com a permanência dos alunos na EJA; - Associar temas do cotidiano às disciplinas faz com que os alunos entendam o assunto com mais facilidade; - Incorporar atividades relacionadas à arte e à cultura; - Utilizar linguagens alternativas, como a música, o cordel e o teatro, facilita o aprendizado, principalmente de estudantes mais velhos, que geralmente têm mais proximidade com a cultura popular.
Recurso	Recursos humanos.
Monitoramento	Relatório mensal.
Avaliação	Este processo acontecerá de forma anual, seguindo a legislação vigente, e levando em conta os dados de monitoramentos prestados e levando em conta as análises dos feedbacks da comunidade escolar, em conjunto com o conselho escolar.

6.2 PLANILHA DE METAS E AÇÕES DA DIMENSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

META 1	
Meta	O objetivo da gestão escolar democrática é aproximar escola, pais e a sociedade para promover uma educação de qualidade e que estimule o exercício da cidadania.
	<ul style="list-style-type: none"> - Resolver conflitos e facilitar a adoção dos processos de aprendizagem.

Ações	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular a visão da coletividade e o sentimento de unidade e cooperação. - Promover um clima de confiança. - Articular as áreas de atuação, promovendo integração e diminuindo os atritos e diferenças. - Prezar para que as decisões sejam tomadas de forma coletiva e compartilhar responsabilidades.
Recurso	Recursos humanos.
Monitoramento	Relatório mensal.
Avaliação	Valorizar as capacidades, feitos e competências das pessoas através de uma cultura positiva de feedbacks.

6.3 PLANILHA DE METAS E AÇÕES DA DIMENSÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

META 1	
Meta	Implementação da gestão democrática e integração da comunidade escolar.
Ações	<ul style="list-style-type: none"> - Auto avaliação da equipe pedagógica aos professores e funcionários; - Estimular momentos de pesquisa, experimentos, debates e reflexão da prática pedagógica em uma perspectiva crítico reflexiva; - Promover reuniões, encontros e palestras com pais, equipe de funcionários, a fim de discutir sobre dificuldades e metas para a unidade escolar. - Estabelecer parcerias, afim de viabilizar palestras, conversas com toda comunidade escolar. - Incentivar o estudo dos documentos legais que balizam e norteiam a educação infantil, Ensino Fundamental I e EJA.
Recurso	Recursos humanos.
Monitoramento	Relatório semestral.
Avaliação	Análise dos relatórios, em conjunto com o conselho escolar.

META 2	
Meta	Garantir a atualização do Projeto Político Pedagógico da Unidade em conjunto com a comunidade escolar.
Ações	Promover assembleia para discussão sobre o tema, definir metas que visem otimizar a relação de ensino/aprendizagem.
Recurso	Recursos humanos.
Monitoramento	Elaboração de planilha com os dados coletados nas assembleias realizadas anualmente.
Avaliação	Análise global das planilhas, pelo conselho escolar

6.4 PLANILHA DE METAS E AÇÕES DA DIMENSÃO DA GESTÃO FINANCEIRA

META 1	
Meta	Aplicação dos recursos financeiros do Programa Dinheiro Direto na escola PDDE e a Associação de Pais e Professores APP com 100% de transparência de acordo com a legislação vigente.
Ações	<ul style="list-style-type: none"> - Reunir os colegiados para discutir e definir a aplicação dos recursos. Divulgar amplamente os recursos das promoções e prestar contas de toda captação de recursos. - Fazer o levantamento das necessidades em conjunto com a comunidade escolar.
Recurso	Recursos financeiros e humanos.
Monitoramento	Realizar reunião com o conselho escolar, elencar as prioridades com registro em ata e prestação de contas anualmente ou sempre que o recurso for disponibilizado.
Avaliação	Prestação de contas para os membros do conselho escolar e secretaria municipal de educação.

7. AVALIAÇÃO DO PLANO

Buscamos no Plano de Gestão ações intencionais que foram traçadas pelas necessidades apontadas pela avaliação diagnóstica elaborada pelo coletivo da escola. Como afirmam Ferri, Macedo e Santos (2012, p. 235), "...O plano de gestão, também fruto do coletivo, apresenta-se como um percurso situacional e operacional que possibilita uma avaliação diagnóstica mais aprofundada da escola". O que percebemos é que o Plano Gestor dessa escola, foi construído ao longo dos anos como um documento ou um registro baseado na análise do plano anterior no que concerne ao diagnóstico da escola. Considerando que compete à direção da escola garantir a elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do Plano Gestor, constatamos que a equipe dos gestores vem cumprindo sua responsabilidade técnica nessa tarefa. Como se trata de início de mais um Biênio, pudemos observar que todas as segundas-feiras, no período noturno, a equipe gestora se reunia para avaliação e elaboração do Plano Gestor, como recomenda Dalmas (1994, p. 107):

"[...] a avaliação situa o grupo no processo, propiciando a possibilidade de um julgamento mais concreto da caminhada realizada, com o conhecimento crítico da situação em que se encontra e conduz ao estabelecimento de perspectivas com relação ao restante do processo."

Vimos que os professores, como membros do corpo técnico da escola, participaram da elaboração do Plano Gestor da escola, bem como de seu planejamento e replanejamento, nos momentos estabelecidos no calendário escolar. As falas, principalmente as dos professores, revelaram que essa participação se realiza por meio de convocações, o que se coaduna com a recomendação de Feitas (2005b, p. 928):

"Cada escola deve tornar-se um centro de reflexão sobre si mesma, sobre o seu futuro. [...] não é apenas o professor que deve ser reflexivo [...] toda a escola necessita ser reflexiva, gestores (direção e coordenação), professores, funcionários, alunos e pais de alunos."

Considerando a abrangência da sugestão deste autor, buscamos verificar se os funcionários, alunos e pais de alunos, como membros do Conselho de Escola e de acordo com o Regimento Escolar, participaram na elaboração e aprovação do Plano Gestor a ser encaminhado para homologação pelas instâncias superiores da administração do sistema escolar. Isso mostrou que a dimensão pública do Plano Gestor não está sendo concretizada na realidade porque, para que isso aconteça, terá que envolver na sua elaboração e aprovação não só os gestores escolares (direção e coordenação) e os professores, mas também os demais representantes do conselho escolar (funcionários, alunos e pais de alunos). Como afirma Freitas (2004, p. 928): “... os gestores têm um importante papel mobilizador a cumprir” para que a escola tenha um processo interno de reflexão conduzido pela sua comunidade interna. O papel do gestor é de condutor do processo e não poderia ter deixado de fora os membros do Conselho de Escola (funcionários, alunos e pais) na participação na elaboração do Plano Gestor, já que esse é a peça gerenciadora da Proposta Pedagógica e dos Planos de Ensino. No que se refere às avaliações praticadas nessa instituição de ensino, constam em seu Plano Gestor atual as avaliações externas e internas. Destacam-se primeiramente no Plano os resultados das avaliações externas da escola (IDEB e FLUÊNCIA) e os resultados do desempenho na avaliação interna. No entanto, tais dados não foram seguidos de qualquer análise ou interpretação, nem de qualquer reflexão ou proposta de ação, com base nos resultados da avaliação.

Para Soares, Alves e Mari (2003, p. 59), “a avaliação começa com o conhecimento dos resultados da escola, mas só se concretiza ao produzir informação útil para a modificação dos processos internos específicos”. De nada adianta conhecer esses resultados se não forem transformados em informação útil para construir conhecimentos sobre a própria escola e realizar um processo de compreensão e transformação da realidade escolar. A utilização dos dados da avaliação interna e externa na elaboração e atualização do Plano Gestor pode fornecer subsídios para sua avaliação formativa, contribuindo para a reflexão, discussão e correção de rumos do plano. Como observam Dias Sobrinho e Balzan (2008, p. 66), “... o processo de elaboração de conhecimento e de crítica, que constitui a avaliação, também produz no interior de seu próprio desenvolvimento a tomada de consciência da necessidade de transformação do processo de avaliação”. Portanto, é necessário priorizar a avaliação formativa e reafirmar o valor do processo e das relações que irão dar

consistência ao esforço coletivo fazendo da instituição escolar um local não só de reflexão, mas também de significados. Salienciamos que, apesar de ações para promoção de informação e conhecimento sobre o Plano Gestor junto aos funcionários, alunos e pais de alunos, não foi constatado nenhum envolvimento desses segmentos nas reuniões de planejamento e replanejamento. Cabe à escola a promoção dessa participação. Considerando o Diagnóstico da Escola quanto às ações propostas, essas aparecem sem intencionalidade, já que não houve o envolvimento de parte da comunidade escolar nas decisões e informações escolares não proporcionando a esses que desenvolvam vínculos, responsabilidades, consciência crítica e participativa, propiciando cada vez mais a desconstrução da identidade escolar. O que verificamos é que o diagnóstico não representa uma leitura transparente da realidade da escola, como observa Ferri, Macedo e Santos (2012, p. 236),

“O diagnóstico compreendido como o retrato da realidade, permite a equipe reconhecer suas necessidades ao propiciar uma reflexão clara e verdadeira, partindo do contexto global para uma análise apurada da realidade escolar e utilizando os dados das avaliações realizadas na própria escola, das avaliações externas e da autoavaliação institucional.”

O Plano Gestor da escola versão 2023 a 2024 só terá êxito se passar a ser um documento capaz de avaliar periodicamente as metas e ações propostas, bem como se conseguir orientar e acompanhar os Planos de Ensino, ao longo do seu biênio, bem como a Proposta Pedagógica da escola garantindo o alcance dos objetivos e metas traçadas, o trabalho coletivo e a melhoria da qualidade do ensino na unidade escolar. Para Libâneo (2004, p. 149), “Um plano ou um projeto é um esboço, um esquema que representa uma ideia, um objetivo, uma meta, uma sequência de ações que irão orientar a prática”.

A avaliação do plano de gestão se dará continuamente, elencando pontos positivos e negativos, revendo então as metas e ações junto à comunidade escolar verificando quais estão dando certo e o que precisa ser revisto e melhorado. A avaliação será de grande importância visto que este plano está interligado ao Projeto Político pedagógico pensando na comunidade escolar como um todo e na sua importância em relação a comunidade que está inserida.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília, 1988. BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

Plano Político-Pedagógico Institucional (PPI) do IFFluminense. 2018.

Lück, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009.